

APRESENTAÇÃO

Linguística Aplicada ao Português

Com a insistência cada vez mais acentuada da interdisciplinaridade da ciência, novos campos de aplicação da Linguística vão surgindo. Entre estes campos, ocupando um lugar de destaque, está o ensino de línguas, como responsável pela própria criação da linguística aplicada. Atualmente grandes esforços são feitos na aplicação dos estudos da ciência da linguagem ao ensino da língua materna. Trata-se de uma tarefa que engloba, basicamente, aplicações das teorias e modelos linguísticos na descrição do português, análise de teorias linguísticas que delimitam as metodologias de ensino e seleção de conteúdos linguísticos que orientam o preparo de material instrucional e que presidem a programação global do ensino da língua vernácula.

O presente número de **Letras de Hoje** (nº 50) está voltado, prioritariamente, para esta problemática. Para a descrição do português, apresenta os artigos de Fernando Luiz Tarallo, "Nominalizações em português e a teoria de X — Sintaxe"; de Sebastião Josué Votre, "Verbos de apresentação em português". Na área de ensino do português (alfabetização) há dois artigos, um de Miriam Lemle, "A tarefa da alfabetização: etapas e problemas no português", e outro de Regina de Figueiredo Avelar, "A aquisição do código escrito: o desempenho dos alunos do Programa de Alfabetização Funcional do MOBRAF"; José Marcelino Poersch propõe uma medida de maturidade linguística para falantes do português.

Fora da temática central, Mehmet Sukru Yavas tece considerações gerais sobre as mudanças fonéticas e Regina Maruá Sampedro utiliza a teoria dos casos na análise do uso de preposições em inglês.

José Marcelino Poersch
Coordenador do Curso de
Pós-Graduação em Linguística
e Letras da PUCRS.

NOMINALIZAÇÕES EM PORTUGUÊS E A TEORIA DE \bar{X} — SINTAXE

Fernando Luiz Tarallo
Universidade de Pennsylvania

A hipótese lexicalista, gerada no outono de 1967 durante uma série de conferências de Noam Chomsky no Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), sugeriu, após muito esforço e empenho dos gerativistas de até então em derivar estruturas sintáticas quase que somente a base de transformações, um alargamento da base e uma conseqüente redução no poder das transformações. O artigo "Remarks on Nominalization" (= "Considerações sobre Nominalização"), a versão escrita de 1970 abrangendo as idéias expostas em 1967, tornou-se o grande estandarte contra a escola da semântica gerativa (= Generative Semantics). Ecos dessa nova teoria gramatical seguiram-se em outras contribuições de seu próprio iniciador (veja-se, por exemplo, "Deep Structure, Surface Structure, and Semantic Interpretation") e no trabalho de outros lingüistas, entre os quais destacam-se R. Jackendoff e E. Selkirk. Em uma palavra, se nos anos sessenta o principal objetivo de estudo havia sido a relação entre a sintaxe e a semântica, nos anos setenta a motivação mais latente fez-se sentir na tentativa de reduzir e debilitar o componente transformacional e em construir uma nova teoria da estrutura frásica. Esta versão refundida da gramática da estrutura frásica procurou estabelecer: 1. as categorias lexicais existentes — partes do discurso; 2. a sua associação às estruturas sintáticas; 3. a relação entre categorias lexicais e construções sintáticas em que ocorrem; 4. o tipo de relação existente entre diversas categorias lexicais e como elas podem ser expressas; e, finalmente, 5. os tipos de relação existente entre categorias sintáticas maiores e como as mesmas podem ser representadas (Cf. Jackendoff: 1977, p. 2).

Em seu artigo "Remarks on Nominalization" Chomsky rejeita a derivação transformacional de nominalizações, vigente até então em seu modelo gramatical, e sugere a geração das mesmas diretamente na base. Uma das conseqüências mais

importantes da hipótese lexicalista implica um paralelismo sintático entre as categorias gramaticais, isto é, uma única maneira de se referir a mais de uma categoria sintática, usando desse modo um único termo da descrição estrutural da regra gramatical. Um modelo gramatical assim concebido deve forçosamente expressar generalizações entre (e através) as diversas categorias (= Cross-categorical generalizations). Chomsky, por exemplo, atribui ao verbo **criticar** (= criticize) e ao substantivo **crítica** (= criticism) a mesma entrada lexical, a qual receberia a forma fonológica do verbo quando ligada a um nóculo verbal e, por exclusão, a forma fonológica nominal quando aparecesse subcategorizada a um nóculo de sintagma nominal. Jackendoff (1975), por outro lado, separa-lhes a entrada no léxico e argumenta que a relação entre verbo e substantivo deve ser especificada por uma regra de redundância lexical. A parte as divergências em relação à entrada lexical, este novo modelo gramatical introduz a variável X para representar qualquer símbolo de categoria lexical. A notação com uma barra — \bar{X} — expressa o nóculo que imediatamente domina X.

A hipótese dos três níveis uniformes (= The Uniform Three-Level Hypothesis) prediz, portanto, que os complementos das principais estruturas frásicas podem ser encaixados em três possíveis posições:

- 1 = \bar{X}
 2 = \bar{X}
 3 = X

Classificados os complementos em termos semânticos, o nível 1 representará um argumento funcional (= a functional argument); o dois, um modificador restritivo (= a restrictive modifier) e o terceiro, um modificador expletivo, não-restritivo (= a non-restrictive modifier).

Esta hipótese, também denominada 'hipótese de uniformidade de nível sintático' (= The Uniform Level Hypothesis; Jackendoff: 1977) ou 'hipótese de paralelismo sintático' (= The Syntactic Parallelism Hypothesis; Selkirk: 1977), faz predições extremamente fortes sobre a sintaxe de categorias relacionadas (Cf. Selkirk: 1977, p. 301), afirmando que duas categorias devem ser sintaticamente paralelas se relações gramaticais existirem entre elas. Tanto Chomsky (1970: p. 142) como Jackendoff (1977: p. 82) e também Selkirk (1977: p. 301)¹ acrescentam que evidência de uma variedade de línguas deve ser acumulada antes que esta hipótese possa desempenhar um papel decisivo no estudo das línguas naturais.

Este ensaio procura discutir a estrutura de nominalizações no Português do Brasil. Espera-se que uma investigação detalhada sobre complementos de sintagmas nominais em Português, tal como se propõe aqui, forneça evidências que poderão ou confirmar ou refutar a hipótese de paralelismo sintático.

Dois tipos de expressões nominais em Português há um de forma propositiva que é de especial importância: as nominalizações deverbais. Assim, correspondentes às sentenças (1) e (2), tem-se as nominalizações deverbais (3) e (4).

- (1) O professor comprovou o teorema.
 (2) O inimigo destruiu a cidade.
 (3) a. A sua comprovação do teorema.
 b. A comprovação dele do teorema.
 c. *A comprovação do professor do teorema.
 d. *A comprovação do professor sobre o teorema.
 e. *A comprovação dele sobre o teorema.
 f. A comprovação do teorema pelo professor.
 g. A comprovação do teorema por ele.
 (4) a. A sua destruição da cidade.
 b. A destruição dele da cidade.
 c. *A destruição do inimigo da cidade. (= ambígua)
 d. A destruição do inimigo sobre a cidade.
 e. A destruição dele sobre a cidade.
 f. A destruição da cidade pelo inimigo.
 g. A destruição da cidade por ele.

Outros exemplos de nominalizações deverbais em Português comprovam a existência dos dois grupos em (3) e (4), a saber: **fotografia** (fotografar), **representação** (representar), **publicação** (publicar), **composição** (compor), **recusa** (recusar) e **autorização** (autorizar) seguem o modelo de **comprovação**, enquanto **conversão** (converter), **imitação** (imitar) e **crítica** (criticar) têm a estrutura de **destruição**.²

A existência de dois grupos de nominalizações deverbais em Português claramente sugere que um mapeamento do tipo 1-a-1 entre forma sintática e interpretação semântica é, na verdade, impossível (Cf. Selkirk: 1977, p. 287). No entanto, como observado por Chomsky (1970: p. 165), uma vez que a categoria \bar{N} (nível 2, modificador restritivo), assim como S (= sentença), é um elemento recursivo da base, "it would be natural to suppose that in the cyclic application of transformations, the phrases of the form \bar{N} play the same role as the phrases of the form S in specifying the domain of transformations".³ Um dos

objetivos principais deste ensaio é demonstrar que nomes (N) e sentenças (S) não somente não podem especificar o domínio de transformação igualmente, como também podem determinar a configuração das estruturas profundas diferentemente. É o que se procura demonstrar a seguir.

Considerem-se as sentenças (1) e (2) novamente. Os verbos incluídos no grupo (1) podem ser subcategorizados como demonstrado em (5):

- (5) a. O professor comprovou algo.
 b. O professor comprovou sobre o teorema.
 c. O professor comprovou algo sobre o teorema.

Os verbos que seguem o grupo (2), por outro lado, são subcategorizados como em (6):

- (6) a. O inimigo destruiu algo.
 b. *O inimigo destruiu sobre a cidade.
 c. *O inimigo destruiu algo sobre a cidade.

O exemplo (5) indica que **sobre** é um marcador oblíquo na estrutura profunda. De forma contrária, o verbo em (6) não permite um marcador oblíquo com a preposição **sobre**. Em nenhum dos dois casos, (5) ou (6), **sobre** é usado como marcador de acusativo. Na correspondente nominalização, entretanto, **sobre** pode ser usado como um marcador de acusativo em estruturas do tipo (4), mas não em estruturas do tipo (3). Neste estágio da análise, duas possíveis explicações podem ser consideradas para tal fato: 1. **sobre** é derivado transformacionalmente em nominalizações cujo verbo cognato não o permite em estrutura de base; 2. **sobre** é gerado na base em nominalizações. Caso a hipótese (1) seja verdadeira, ter-se-á evidência a favor da hipótese de paralelismo sintático; se a hipótese (2), todavia, for considerada a mais provável, perder-se-á, por conseguinte, o paralelismo sintático entre Ns e Ss no sentido que, diferentemente dos verbos, sintagmas nominais somente terão complementos de sintagma preposicional em estrutura profunda.

Por outro lado, a agramaticalidade de (3c) e (4c) mostram que **de** somente pode ser um marcador de genitivo (=agente) como em (3b) e (4b), representado na forma **dele**, o qual chega à base através de uma transformação optativa de (3a) e (4a). Além disso, deveria ser acrescentado que **de** em **do teorema** (3b) e em **da cidade** (4b) é gerado na base, assim como **sobre**. Para tanto, uma proibição específica deveria ser escrita em forma de filtro sintático para a estrutura profunda de nomina-

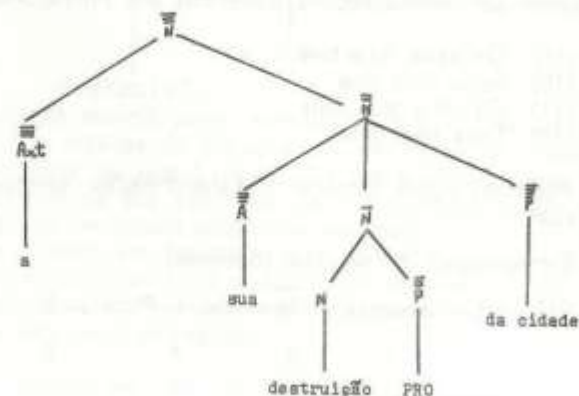
lizações deverbais em Português, de tal forma que dois sintagmas nominais não possam chegar à superfície precedidos ambos por **de**. A análise a seguir proporá três estruturas profundas para as nominalizações deverbais em Português.

Chomsky (1970: p. 142) argumenta que "the semantic relations between the associated proposition and the derived nominal are quite varied and idiosyncratic, and the nominal has the internal structure of a noun phrase".⁴ Da mesma forma, a existência de três estruturas de base para nominalizações deverbais claramente indica que a produtividade existente nelas é mais restrita. Portanto, o fato de que o verbo e a nominalização correspondente não concordem em sua estrutura de complementos, deve ser encontrado no léxico, como demonstrado a seguir. Assim, o paralelismo sintático proposto em Chomsky (1970) não se mantém integralmente em Português, tropeçando em alguns fatos superficiais da língua.

Passemos agora às três estruturas de base mencionadas acima. Jackendoff (1977: p. 32) atesta que "in French, for example, nouns cannot take NP subjects (other than possessive pronouns, which may be articles)".⁵ Tal é precisamente o caso em Português, como demonstrado em (3a) e (4a). Nestes termos, (3b) e (4b) resultam de uma transformação optativa de (3a) e (4a).

A estrutura profunda de (3a) e (4a), de acordo com a análise proposta aqui, deveria ser:⁶

- (1) $\bar{N} \rightarrow (\text{Art}) - (\bar{A}) - \bar{N} - (\text{de } \text{np})$
 $\bar{N} \rightarrow N - (\text{de Pron})$



Como observado acima, a geração na base da forma *sobre* deverá ser marcada no léxico. Dessarte, (3e) seria bloqueado enquanto (4e) seria derivado, uma vez que a extraposição de *seu/sua* tenha sido aplicada.

Em (3a) e (4a) o domínio sintático do especificador encontra-se preenchido por artigo (Art) e adjetivo (A; sujeito do sintagma nominal); em (3b) e (4b), somente pelo determinante. Motivação sintática independente indica que o determinante é obrigatório em (b) e optativo em (a). Observe-se a exemplificação a seguir:

- (7) O seu braço
- (8) Seu braço
- (9) O braço dele
- (10) *braço dele
- (11) Um seu tio
- (12) Seu tio
- (13) Um tio dele
- (14) *tio dele

Os exemplos (10) e (14) sugerem que, caso 'extraposição de *seu/sua*' (a ser formulada) tenha sido aplicada, o domínio sintático do determinante deve permanecer preenchido. A transformação deveria então ser formulada de tal maneira a evitar sua aplicação, a não ser que o determinante esteja presente na estrutura profunda.

A mesma descrição e derivação estrutural deve ser estabelecida para estruturas frasais em que haja um quantificador. Embora este ensaio não analise estruturas partitivas e pseudo-partitivas, exemplos (15) e (18) oferecem extra evidência para a análise de nominalizações deverbais em Português.

- (15) Os seus dois tios
- (16) Seus dois tios
- (17) Os dois tios dele
- (18) *Dois tios dele?

Podemos agora formular a transformação 'extraposição de *seu/sua*'.

Extraposição de *seu/sua* (optativa)

(ia) Art — seu/sua — \bar{N} — de + Pron — X
 1 2 3 4 5

→ 1, 3, 4 + 2, 5

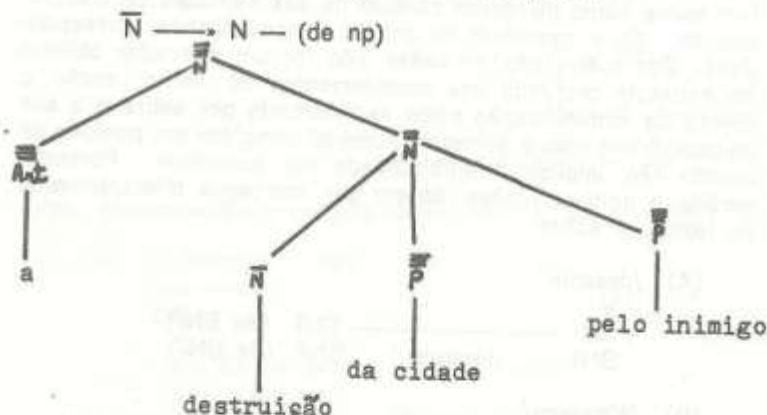
Na configuração 2 acima, a transformação deverá dizer '*seu/sua*' a fim de evitar que a mesma seja aplicada a outros adjetivos puros. Uma vez que a co-ocorrência de '*seu/sua*' com um outro adjetivo não deverá, em princípio, proibir a regra de ser aplicada, como demonstrado em (19) e (20), (ia) será re-escrita como em (ib).

- (19) A sua cruel destruição da cidade.
- (20) A cruel destruição dele da cidade.

(ib) Art — seu/sua — A — \bar{N} — de + Pron — X
 1 2 3 4 5 6
 → 1, 3, 4, 5 + 2, 6

Considere-se a seguir a segunda estrutura profunda, (4d), 'A destruição do inimigo sobre a cidade'.

(ii) \bar{N} → (\bar{Art}) — (\bar{A}) — \bar{N} — (sobre np)



A hipótese central deste ensaio diz que a marcação do caso sintático através de preposições em Português constitui a prova principal de que o verbo e o nome (+ nominalização) não concordam na sua estrutura de complementos. *De*, por exemplo, pode ser usado como um marcador obliquo (+ dativo) ou de genitivo em complementos de verbos; em nominalizações, no entanto, *de* ou é usado como marcado de genitivo (+ agente/possuidor) ou como marcador de acusativo. Observem-se os seguintes exemplos:

- (21) Falamos *de* João. (+ obliquo)
- (22) Falamos de João *de* Filadélfia. (+ genitivo)

Sobre, por outro lado, pode ser usado somente como marcador oblíquo nas estruturas verbais; em nominalizações, **sobre** marca o objeto de certos nomes que tomam o sujeito num sintagma nominal precedido por **de** (= agente/possuidor) de tal maneira a evitar a ambigüidade na superfície. Como mencionado anteriormente neste ensaio, tanto nomes como verbos, portanto, devem ser subcategorizados lexicalmente. Veja-se o seguinte exemplo:

(23) A destruição do inimigo **sobre** a cidade.

Assim, se a observação de Jackendoff sobre sintagmas nominais-sujeitos em Francês for verdadeira e se, em Português, o sujeito da nominalização for um sintagma nominal completo precedido pelo marcador de agente **de**, conseqüentemente **sobre** seria usado para marcar o objeto da nominalização e anularia, dessarte, a ambigüidade da frase (Cf. **A destruição da cidade pelo inimigo** versus **A destruição do inimigo da cidade**). Os exemplos (5) e (6) comprovam a gramaticalidade de (4d) e a agramaticalidade de (3d), ou seja: verbos que permitem **sobre** como marcador oblíquo na sua estrutura de complementos, não o permitem na estrutura nominalizada correspondente. Por outro lado, se **sobre** não for um marcador oblíquo na estrutura profunda dos complementos do verbo, então o objeto da nominalização pode ser marcado por **sobre** e a sua co-ocorrência com o sintagma nominal completo em posição de sujeito não implicaria ambigüidade na superfície. Portanto, verbos e nominalizações devem ser marcados diferentemente no léxico, a saber:

(A) /destruir/
+V
+SN¹ _____ SN² (de SN³)
SN¹ destruir SN² (de SN³)

(B) /côprovar/
+V
+SN¹ _____ (SN²) (sobre SN³)
SN¹ comprovar (SN²) (sobre SN³)

Se o verbo **imitar** for lexicalmente subcategorizado como (A), as seguintes predições podem ser feitas, como exemplificado em (24) e (25).

(24) Os romanos imitaram os gregos.

(25) a. A sua imitação dos gregos.

b. A imitação deles dos gregos.

c. *A imitação dos romanos dos gregos.

d. A imitação dos romanos sobre os gregos.

e. A imitação deles sobre os gregos.

Da mesma forma, se o verbo **fotografar** receber a entrada lexical como em (B), podemos predizer (26) e (27).

(26) O menino fotografou a paisagem.

a. A sua fotografia da paisagem.

b. A fotografia dele da paisagem.

c. *A fotografia do menino da paisagem.

d. *A fotografia do menino sobre a paisagem.

Assim como os verbos, as nominalizações também devem ser entradas separadamente no léxico. Assim, a entrada lexical para **destruição** deveria ser como em (C).

(C) destruir + ção
/destruição/
+N

o ato de destruir de SN¹ sobre SN²

seu/sua ←→ { de SN²
sobre SN² }

_____ de SN² ←→ por SN¹

Para **comprovação** a entrada lexical deveria ser como em (D).

(D) comprovar + ção
/côprovação/
+N

o ato de comprovar de SN¹ de SN²

seu/sua ←→ de SN²
_____ de SN² ←→ por SN¹

Tornemos agora para a terceira estrutura profunda, (3f) e (4f), 'A comprovação do teorema pelo professor' e 'A destruição da cidade pelo inimigo'.

Tornou-se óbvio, a partir da análise empreendida neste ensaio, que (3f) e (4f) não poderiam ter sido gerados através de uma transformação de (3a) e de (4a), uma vez que o sintagma nominal-sujeito, no último caso, está preenchido por um possessivo e conseqüentemente acarretaria a derivação da forma pronominal na frase agentiva (por np). Assim, como

Jackendoff (1977: p. 88), não se formula aqui uma regra de extraposição de agente (= agent postposing). Porém, a fim de possibilitar a geração de (3f; 3g) e de (4f; 4g), a estrutura profunda deverá conter um sintagma preposicional com **por** cujo nome esteja vazio. Assim:

(iii) $\bar{N} \rightarrow (\overline{\text{Art}}) - (\overline{\text{A}}) - \bar{N} - \text{de np} - \text{por np}$
 $\bar{N} \rightarrow N$



Na introdução deste trabalho foram mencionados dois tipos de expressões nominais em Português. O segundo tipo assemelha-se a nominalizações gerundivas em Inglês em forma, mas não em suas propriedades estruturais. Diferentemente das formas gerundivas do Inglês, as quais podem assumir formas de transformações (Cf. Chomsky: 1970, p. 166), nominalizações infinitivas em Português têm a forma de nominalizações deverbais, isto é, elas apresentam a forma de sentenças da base. Em outras palavras, estruturas nominalizadas infinitivas em Português são exatamente equivalentes aos fatos apontados em (3) e (4); em Inglês, todavia, os dois tipos de nominalização têm sintaxes diferentes.

As nominalizações infinitivas em Português obedecem aos mesmos traços rígidos e fixos de subcategorização léxica das nominalizações deverbais. Os exemplos a seguir sugerem que, assim como nominalizações deverbais, nominalizações infinitivas têm três estruturas de base. Dessa maneira, correspondentes às nominalizações deverbais de (3) e (4), tem-se as nominalizações infinitivas de (28) e (29).

- (28) a. O seu comprovar do teorema.
 b. O comprovar dele sobre o teorema.
 c. *O comprovar do professor do teorema.

- d. *O comprovar do professor sobre o teorema.
 e. *O comprovar dele sobre o teorema.
 f. O comprovar do teorema pelo professor.
 g. O comprovar do teorema por ele.

- (29) a. O seu destruir da cidade.
 b. O destruir dele da cidade.
 c. *O destruir do inimigo da cidade (= ambigua)
 d. O destruir do inimigo sobre a cidade.
 e. O destruir dele sobre a cidade.
 f. O destruir da cidade pelo inimigo.
 g. O destruir da cidade por ele.

As conclusões mais interessantes que podem ser inferidas a partir destes dados apresentados sobre o Português do Brasil são:

a — Tal estudo acrescenta evidência para a hipótese lexicalista ao assumir que itens aparecem no léxico com traços rígidos e fixos de subcategorização lexical seletiva, mas com uma escolha em relação aos traços associados com as categorias lexicais "nome" ou "verbo".⁸

b — Os dois grupos descritos em (3) e (4) e (28) e (29) sugerem que um mapeamento do tipo 1-a-1 entre forma sintática e interpretação semântica é impossível.

c — Diferentemente do Inglês, outras línguas (neste caso, Português) podem apresentar dois conjuntos (ou mais) de nominalizações que têm sintaxes equivalentes.

d — Este ensaio demonstrou que o paralelismo de relações gramaticais em duas categorias (verbos e nomes) não as tornam necessariamente paralelas sintaticamente. Os dados sobre o Português do Brasil demonstraram que verbos e nominalizações correspondentes, embora paralelos em suas relações gramaticais, não concordam em sua estrutura de complementos, isto é, enquanto verbos podem ter ou um sintagma nominal ou um sintagma preposicional (ou ambos) como complementos, nominalizações somente apresentam sintagmas preposicionais em sua estrutura complementar.

e — Como indicado por Selkirk (1977, p. 302), antes que a hipótese de paralelismo sintático passe a desempenhar uma função importante no estudo das línguas naturais, evidência de outras línguas deve ser acumulada e detalhadamente averiguada. Para tal fim, seria interessante, por exemplo, investigar a estrutura de nominalizações em Espanhol, Francês e Italiano.

No caso de resultados semelhantes aos do Português do Brasil poderem ser atestados em outras línguas românicas, a hipótese de paralelismo sintático poderia ser mantida para línguas geneticamente relacionadas e, assim, estudos em sintaxe diacrônica poderiam oferecer evidência para a sintaxe de categorias relacionadas em línguas relacionadas entre si.

NOTAS

1. Chomsky (1970: p. 142): "We must fix the principles of universal grammar — in particular, the character of the evaluation measure — so that it provides the description that is factually correct, noting as before that any such hypothesis about universal grammar must also be tested against the evidence from other parts of English grammar and the grammars of other languages". (minha ênfase)

"Nós devemos determinar os princípios da gramática universal — em particular, o caráter da medida de avaliação — de tal maneira que ele forneça a descrição que for faturalmente correta, notando-se como anteriormente que qualquer hipótese sobre gramática universal deve ser testada contra evidência de outras partes da gramática inglesa e das gramáticas de outras línguas".

Jackendoff (1977: p. 82): "A serious study of the phrase structure rules of a number of other languages would no doubt elucidate what problems must be solved by an explanatory theory of cross-category phrase structure rules".

"Um estudo sério das regras de estrutura frásica de outras línguas elucidaria indubitavelmente quais problemas devem ser resolvidos por uma teoria explanatória de regras frasais em várias categorias".

Selkirk (1977: p. 302): "Before this hypothesis can play such a decisive role, however, support for it from a wide variety of languages must accumulate".

"Antes que esta hipótese possa desempenhar um papel decisivo, evidência de uma ampla variedade de línguas deve ser acumulada".

(minha tradução)

2. Uma matriz com todas as estruturas contidas neste ensaio foi estabelecida e submetida a um grupo de 10 falantes nativos do Português do Brasil. Embora se admita que o número de informantes é bastante reduzido para uma abordagem estatística dos resultados, o que explica a ausência de qualquer tabela com dados quantitativos no texto, torna-se

conveniente ressaltar, por razões teóricas e metodológicas, que a reação lingüística dos informantes aos testes foi similar demais, ao ponto de permitir as generalizações sobre os dois grupos "comprovar" e "destruir" expostas no ensaio.

3. "seria natural supor que na aplicação cíclica de transformações, as frases da forma N desempenham a mesma função como as frases da forma S na especificação do domínio das transformações".
4. "as relações semânticas entre a proposição associada e a nominalização derivada são inteiramente diversas e idiossincráticas".
5. "em Francês, por exemplo, nomes não podem ter sintagmas nominais-sujeitos (a não ser pronomes possessivos, que podem ser artigos)".
6. Como exemplificação na introdução do ensaio, tanto o artigo (Art) como o adjetivo (A) em (i) estão marcados com o nível 3, portanto, como modificadores explicativos, não-restritivos. O símbolo np significa um nóduo de sintagma nominal vazio.
7. O exemplo (18) sugere que, para a extraposição seu/sua aplicar, o domínio sintático do especificador deve ser preenchido por um determinante, ou por um quantificador, ou então por ambos como em (17). Poersch (1982, comunicação pessoal) aponta que (18) é gramatical, como, por exemplo, em: "Dois tios dele estiveram presentes no campeonato". Os 10 informantes consultados, contudo, ficaram em dúvida quanto à gramaticalidade ou agramaticalidade de (18), razão pela qual o exemplo consta no texto marcado por um ponto de interrogação.
8. Amritavalli (1980) argumenta, por exemplo, que uma regra de mapeamento referente a funções gramaticais não constitui base suficiente e apropriada, através da qual se estabeleçam correspondências entre palavras relacionadas por um processo de derivação. O autor propõe a necessidade de se usar uma regra que opere ao nível de funções temáticas. Mathias Schaff Fy (1982, comunicação pessoal), baseando-se em considerações próprias sobre Basílio (1980, *Estruturas Lexicais do Português*), também afirma que "falta evidência para a hipótese de paralelismo sintático, pois deverá encontrar comprovação nas línguas, o que ainda não foi realizado". Espera-se que este presente ensaio sirva como ponto de partida para outros estudiosos interessados em testar a força e a viabilidade da hipótese lexicalista.

BIBLIOGRAFIA

- AMRITAVALLI, R. (1980). "Expressing cross-categorical selectional correspondences: An alternative to the X syntax approach", in: *Linguistic Analysis*, vol. 8, número 3.

- CHOMSKY, N. (1970), "Remarks on nominalization", in: D. J. Napoli e E. N. Rando (eds.), *Syntactic Argumentation*, Washington D. C., Georgetown University Press.
- (1970a), "Deep Structure, Surface Structure, and Semantic Interpretation", in: Jakobson e Kawamoto (eds.), *Studies in General and Oriental Linguistics: Commemorative Volume for Dr. Shiro Hattori*, Tokyo, T. E. C. Corporation.
- JACKENDOFF, R. (1977), *X Syntax: A Study of Phrase Structure*, Cambridge, MIT Press.
- SELKIRK, E. O. (1977), "Some remarks on noun phrase structure", in: A. Akmajian, P. Culicover e T. Wason (eds.), *Formal Syntax*, New York, Academic Press.